

# PROCESSO HISTÓRICO E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE ALFENAS-MG: O PAPEL DO LAGO DE FURNAS

*Historical process and socio-spatial transformations in the municipality of Alfenas-MG: the role of Lago de Furnas*

**Tamyris Maria Moreira da Costa**

Graduada e Mestre em Geografia pela UNIFAL-MG, Brasil

[tamyris.costa@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:tamyris.costa@sou.unifal-mg.edu.br)

**Ana Rute do Vale**

Docente na graduação e mestrado em Geografia da UNIFAL-MG, Brasil

[ana.vale@unifal-mg.edu.br](mailto:ana.vale@unifal-mg.edu.br)

Recebido: 01.08.2023

Aceito: 04.09.2023

## Resumo

Desde o início de sua formação, o município de Alfenas-MG passou por transformações que afetaram seu dinamismo demográfico e socioeconômico. A partir da década de 1960, com a inundação de parte de suas terras pelas águas do lago, resultante da implantação da usina hidrelétrica de Furnas, houve a modificação da dinâmica de 34 municípios da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas. A consolidação da cafeicultura foi o marco dessa mudança como principal atividade econômica logo após perda das várzeas férteis ocupadas pela produção de arroz. Aliada a essa nova lógica produtiva, o êxodo rural contribuiu para mudanças na infraestrutura do espaço urbano de maneira socioeconômica e cultural. Para seu desenvolvimento, esse trabalho contou com revisão bibliográfica, pesquisa documental e dados estatísticos. O processo histórico mostrou que essas transformações estreitaram a relação campo-cidade num município que, apesar da intensa urbanização, a cafeicultura mantém um papel fundamental, entretanto, com ênfase no agronegócio.

**Palavras-chave:** História, Inundação, Cafeicultura, Relação campo-cidade.

## Abstract

Since the beginning of its formation, the municipality of Alfenas/MG has undergone transformations that have affected its demographic and socioeconomic dynamism, from the 1960s onwards, with the flooding of part of its lands by the waters of the lake, resulting from the implantation of the power plant Furnas hydroelectric plant, which forever changed the reality of 34 municipalities in the South/Southwest region of Minas Gerais. The hallmark of this change was the consolidation of coffee growing as the main economic activity, soon after the loss of fertile floodplains occupied by rice production. Allied to this new productive logic, the rural exodus contributed to changes in the urban, infrastructural, socioeconomic and cultural space. For its development, this work included a bibliographical review,

documentary research and statistical data. The historical process has shown that these transformations have narrowed the countryside-city relationship, in a municipality that, despite intense urbanization, coffee growing maintains a fundamental role, but increasingly in the context of agribusiness.

**Keywords:** History, Inundation, Coffee growing, Country-city relationship.

## 1. INTRODUÇÃO

A ação da sociedade e seus meios se justapõem e constituem determinado local. Para tanto, ao reconstruir a materialidade da geografia passada, entende-se a apropriação e transformação socioespacial desse dado local, ou seja, a construção territorial, política, econômica e cultural de um lugar é um registro de levantamentos histórico-geográficos do passado. Isto posto, a ciência geográfica tem em vista interpretar o processo histórico em um movimento progressivo de ações do meio natural e do homem.

Com esse intuito, torna-se importante compreender o processo de formação socioespacial de Alfenas, e as transformações que afetaram seu dinamismo demográfico e socioeconômico. O município de Alfenas se situa na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais, nas coordenadas geográficas de latitude 21° 25' 46" Sul e longitude 45° 56' 50" Oeste, com altitude média de 841m acima do nível do mar, com extensão territorial de 850,446 km<sup>2</sup>, constituído pela sede e os distritos de Barranco Alto e Gaspar Lopes (figura 1).

A população estimada de Alfenas para o ano 2021 é de 80.973 pessoas e densidade demográfica de 86,75 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2021). Convém ressaltar que o município passou por um processo de êxodo rural, sobretudo, a partir das alterações ocorridas no final da década de 1960, pelo processo das obras e consolidação da Usina Hidrelétrica de Furnas, que inundou terras de 34 municípios, cobrindo uma área de superfície total de 1.440 km<sup>2</sup>, dentre esses está Alfenas (LEMOS JÚNIOR, 2010). A partir desse momento, ocorreram profundas mudanças socioespaciais, econômicas, ambientais e culturais, principalmente, para as famílias de agricultores remanescentes que tiveram sua economia de base modificada a partir da modificação das culturas de várzea, como o arroz, pela lavoura de café que, desde então, configura-se como uma das monoculturas mais importantes do agronegócio brasileiro.

As transformações no espaço agrário repercutiram também no espaço urbano e a cidade foi se modernizando, criando universidades, comércio, atraindo investimentos e população. Este estudo da formação espacial de Alfenas tem a finalidade de contribuir no melhor entendimento de sua dinâmica de ocupação e consolidação no espaço sul mineiro.



**Figura 1** - Mapa de localização do município de Alfenas-MG.

**Fonte:** Organizado por Tamyris Maria Moreira da Costa e elaborado por Analice Alves (2023).

Para a construção desta pesquisa de cunho qualitativo, foi realizada uma revisão bibliográfica, sobretudo, com relação aos temas relacionados à história do município, dinâmica populacional, relação campo-cidade, produção de alimentos, entre outros que contribuíram com o referencial teórico para o presente escrito.

Além da introdução e considerações finais, esse texto se inicia com a narrativa da formação inicial do município de Alfenas, desde a fase de quando era um pequeno arraial até se transformar, oficialmente, em município, para depois explicar as transformações socioespaciais pós-inundação de suas terras pelo lago, originário da implantação da usina hidrelétrica de Furnas, pós-década de 1960 e suas configurações contemporâneas.

## **2. ALFENAS: FORMAÇÃO ESPACIAL E SUA BASE ECONÔMICA**

De acordo com Vieira (2002), a formação de Alfenas se iniciou com o fidalgo Alferes Domingos Vieira e Silva, lusitano desbravador que deixou Vieiras do Minho, no Concelho de Braga, Portugal, no final do século XVIII, para residir em São João Del Rei e Três Pontas. Conforme o sistema português adaptado ao Brasil, chamado sesmaria, que normatizava a

distribuição de terras destinadas à produção agrícola, Alferes Domingos instituiu uma sesmaria na Pedra Branca, que mais tarde deu origem ao município de Alfenas.

Domingos Vieira ergueu um rancho nas margens do ribeirão do Gambá [...] acompanhado de escravos e margeando córregos e rios foi cortando as matas até encontrar um planalto deslumbrante, de pouca vegetação, e ali resolveu construir um arraial (*Ibidem*, p. 98).

De acordo com referido autor, o casarão da fazenda Campo Redondo foi construído em 1808 e marca a história da colonização em Alfenas. Após a instalação nas terras, no intuito de construir uma capela no novo arraial, Alferes foi ao encontro do amigo de infância Dom Matheus de Abreu, bispo de São Paulo, e com a devida autorização em mãos, ergueu a primeira capela na Pedra Branca (VIEIRA, 2002).

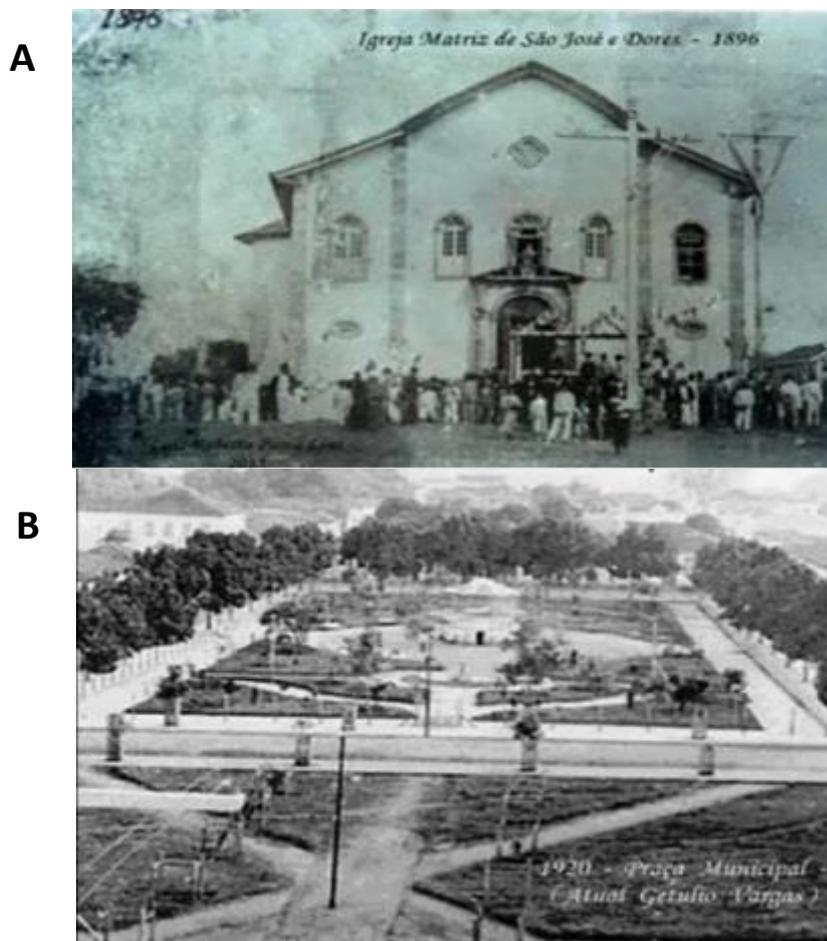
No final do século XVIII e início do XIX muitas famílias migraram para o arraial de Pedra Branca buscando vales férteis, banhadas pelas águas dos rios e com atrativo econômico para atividades agropastoris que, naquele momento, era uma atividade promissora. Das famílias que se fixaram em Alfenas, algumas saíram de Aiuruoca, Campanha, Cabo Verde e outras localidades, com a finalidade de permanecer nas terras do atual município (ALAGO, 2006). Assim, o povoado tomava impulso e crescia.

No ano de 1832, na Regência do Imperador Dom Pedro II, criou-se a “Paróquia de São José dos Alphenas” pertencente à comarca do Rio das Mortes, localizada na praça central de Alfenas (VIEIRA, 2002). Na figura 2, observa-se as primeiras construções da cidade: a igreja matriz, no século XIX (1896) e a praça central no início do século XX (1920).

A denominação Pedra Branca, escolhida por Domingos Vieira e Silva, ocorreu por conta da existência de uma serra em sua sesmaria (VIEIRA, 2002). Esse nome foi alterado, no decorrer dos anos, por meio da resolução 14 de junho de 1832, que transformou o arraial em freguesia, sendo elevada, posteriormente, à vila com o nome de Formosa, pela Lei n.º 1.090, em 7 de outubro de 1860 (VEIGA, 1874), tornando-se cidade a partir da lei n.º 1.614, de 15 de outubro de 1869, recebendo o nome de Vila Formosa de Alfenas. O nome foi alterado para apenas Alfenas pela lei n.º 1.791 de 1871, pelo fato de existir em Goyaz (Goiás) outro município denominado Formosa, o que era causa de frequentes enganos entre eles (PINTO, 1887).

As características econômicas de Alfenas eram de aptidão para a zona pastoril e agrícola, junto aos vales dos Rios Sapucaí e Verde, constituindo abundante hidrografia, a uma légua de distância passa o rio São Thomé, à légua e meia o rio Cabo Verde, a duas léguas o rio Machado e a três léguas o rio Sapucaí. Além disso, o município está sobre um planalto de terra roxa que produz extraordinariamente café, cereais e cana, onde se cria

gado e porcos, com exportação anual de 2.500 cabeças de gado e de 4.000 suínos, números importantes para a economia municipal (SENNA, 1906; VEIGA, 1884).



**Legenda:** A - Igreja Matriz Católica de São José e Nossa Senhora das Dores em 1896.

B - Praça municipal de Alfenas em 1920.

**Figura 2** - Primeiras construções na cidade de Alfenas-MG em 1896 e 1920.

Fonte: LINO (2015).

Contudo, para compreender o perfil econômico de Alfenas, faz-se necessário entender a trajetória do café no Sul de Minas e a produção de alimentos, que foram importantes para o abastecimento dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

De acordo com Martins (2012), foi no século XVII que o café chegou em Minas Gerais, na região da Zona da Mata, entre 1791 e 1798. O avanço para a Zona da Mata, continua a autora, foi facilitado pela existência do Caminho Novo (1701-1730) que era a estrada de passagem das tropas que carregavam o ouro de Minas Gerais para o porto do Rio de Janeiro.

Em meados do século XVIII, o governo incentivou a plantação de café em Minas Gerais após o citado avanço na direção da Zona da Mata por influência do Rio de Janeiro.

Na segunda metade do período oitocentista, as lavouras se difundiram rapidamente, tornando-se a principal atividade econômica. Na década de 1870, o estado era responsável por 60% da arrecadação provincial, permanecendo em terceiro lugar no posto de produção nacional de café, fator que impulsionou o povoamento, o desenvolvimento da infraestrutura de transportes e, mais tarde, da indústria (*Ibidem*).

O café chegou ao Sul de Minas no século XVIII e se impôs como principal produto na economia regional, contribuindo no surgimento de cidades, populações e sistemas viários (ALAGO, 2006).

No século XIX, de acordo com Costa (2002), a região possuía uma economia híbrida de atividades agrícolas para subsistência, com excedentes para exportação, produtos agropecuários e de artesanato. O perfil da economia sul mineira se baseava na produção de milho, arroz, feijão e cana-de-açúcar, sendo, essa última, cultura para alimentar o gado. Os itens artesanais eram celas, cangalhas, arreios, panelas, potes, moringas e vasos de barro; velas de sebo de vaca, sabão, gamelas, esteiras, peneiras, fogos de artifício e outros produtos, para o consumo próprio. Os produtos agropecuários e industriais que excediam eram transportados para o Rio de Janeiro e São Paulo, pois eram considerados grandes mercados consumidores. A autora destaca também a criação de porcos, da qual se originava o toucinho; a criação de gado de corte e leiteiro, para o consumo e produção de queijos; o plantio de fumo, destinado à exportação; o algodão para o consumo local e o excedente para exportação; e a criação de ovelhas, para a produção de lã.

Costa (2002) enfatiza que a expansão do cultivo do café nos municípios de Alfenas e Pouso Alegre ocorreu nos anos finais de 1860 e início de 1870 por investimentos de fazendeiros de grande porte já estabelecidos nas terras sul mineiras. No entanto, Martins (2013) aponta que as atividades produtivas como cana-de-açúcar, milho e café já eram cultivadas nas fazendas de Alfenas entre 1855 e 1890.

De acordo com Senna (1906), a produção do café mineiro alcançou, no ano de 1904, aproximadamente 130 milhões de quilogramas (130.000 toneladas) de café em grão, pilado, em coco ou casquinha, torrado ou moído (em sacas, pacotes e latas). A grande exportação provinha das zonas da mata, parte do sul e centro de Minas e era encaminhado para os portos do Rio de Janeiro, Santos e Vitória. Nesse montante de produção, Alfenas, desde então, já fazia parte dos municípios cafeeiros.

Os municípios cafeeiros em Minas assim se distribuem: ao norte - Peçanha, Guanhões, Serro, Conceição, Perros, Itabira, Prata, Alvinópolis ; ao Centro - Pará, Pitangui, Bonfim, Santa Quitéria, Itaúna, Rio das Velhas, Caeté ; a Oeste - Indaiá, Oliveira, Lavras, Itapeverica, Campo Bello, Boa Esperança; ao Sul - Jacutinga, Ouro Fino, Caldas, Cabo Verde, Alfenas, Muzambinho, Guaranésia, Monte Santo, Machado, Varginha, Três Pontas, Campos Gerais, Paraíso, Pouso Alegre, Extrema;

na Matta (empório do café mineiro) - Ponte Nova, Viçosa, Rio Branco, Ubá, Pomba, Cataguazes, São João Nepomuceno, Rio Novo, Juiz de Fora, Rio Preto, Mar de Espanha, Guarará, Além Parahyba, Leopoldina, Palma, Muriaé, S. Manoel, Carangola, Manhuassú, Abre Campo, Caratinga (grifo nosso) (SENNA, 1906, p. 109).

Saes e Castilho (2013) enfatizam que a província de Minas Gerais desenvolveu duas regiões produtoras de café. A primeira região, em extensão da produção fluminense, que alcançaria a Zona da Mata, amparando-se no trabalho de pessoas escravizadas e no circuito mercantil carioca. E a segunda, o Sul de Minas, onde a produção de café apresentou relevância durante a década de 1880, alcançando trinta por cento da produção do estado. Martins (2014) ressalta que a partir de 1884, a exportação de café em Alfenas aumentou de 24.500 arrobas<sup>i</sup> para 80.000 arrobas, uma ampliação significativa, mas que não influenciou os agricultores a deixarem as atividades tradicionais para se dedicarem exclusivamente ao café.

A especialização produtiva de café no Sul de Minas conviveu com o trabalho escravo e com o trabalho livre do imigrante italiano. No município de Alfenas, o número de pessoas escravizadas, em 1876, era de 4.170 pessoas; aumentou para 5.022, em 1883; e reduzindo para 4.495, em 1885, três anos antes da abolição da escravatura. A propaganda contra a contratação de trabalhadores nacionais, a permanência das relações de domínio em relação às pessoas escravizadas, mesmo depois da abolição, como também a mentalidade que se formava de trabalhadores estrangeiros, marcavam, na região, o reordenamento da transição de trabalho escravo para o trabalho livre (COSTA, 2002).

Em Minas Gerais, de acordo com, Saes e Castilho (2013) haviam hospedarias que redirecionavam os imigrantes para os núcleos coloniais. No período de 1897 a 1898, deram entrada na hospedaria de Juiz de Fora, 944 famílias listadas com destino a Machado; 48 destinadas à hospedaria de Soledade de Minas (onde seriam redistribuídos para outros municípios); outros 26 seriam encaminhados para *Alfenas*; 25 para Poços de Caldas e 22 para Cabo Verde. Mesmo com números baixos, Costa (2002) afirma que a cafeicultura mineira, recebeu imigrantes italianos para o manejo das lavouras.

Retornando à Alfenas, no decorrer do século XX, segundo Veiga (1884, p.196), a cidade se mantinha em estado de tranquilidade “graças ao espírito ordeiro da distinta população do lugar”. Contava com 500 casas, mais de 100 construídas no decorrer da década de 1800, que destacam as seguintes edificações: a câmara municipal, o teatro, uma casa de instrução, uma cadeia em processo de edificação e no cemitério 30 túmulos de mármore. Havia também uma tipografia, que publicava um semanário com título de Correio de Alfenas, fundada pelo médico e político Gaspar José Ferreira Lopes. Em relação ao

ensino, Alfenas possuía duas escolas públicas de instrução primária para ambos os gêneros, duas escolas particulares e uma escola municipal para meninos, sendo a frequência total, em média, de 60 alunos (*Ibidem*).

O século XX trouxe avanços em relação ao transporte e à comunicação. Na primeira década, houve a integração do município à Rede Ferroviária Sul Mineira, com a construção de um ramal e de uma Estação Ferroviária e, na mesma década, estabeleceram os serviços de telefonia (ALAGO, 2006).

As linhas de navegação fluvial estavam integradas à rede ferroviária, encaixadas entre o Sul e o Oeste de Minas Gerais. Grandes embarcações operaram com capacidade para 20 passageiros e 30 mil toneladas de cargas, com rotas e horários definidos. Faziam parte de Alfenas, além da sede, os povoados de Gaspar Lopes (estação de trem), Esteves, Bárbaras, Harmonia (estação de trem), Paiva, Rochas e Vianna. Como também os distritos de Fama, Serrania, São João do Barranco Alto e São Joaquim da Serra Negra (ALAGO, 2006).

Com a chegada da Viação Férrea Sapucaí, a Estrada de Ferro Minas e Rio, a Estrada de Ferro Muzambinho e, mais tarde, a própria Mogiana, ao atravessar a Mantiqueira nos limites paulistas, garantiram abertura e viabilidade e, assim, a produção de café ganhava relevância no Sul de Minas (SAES; CASTILHO, 2013). O café produzido em Alfenas e Areado era escoado pela Estrada de Ferro Muzambinho e “comercializado por intermédio de casas comissárias do Rio de Janeiro” (MARTINS, 2014, p. 293).

O destaque do cultivo do café irradiava para outras atividades produtivas (agricultura de alimentos, matérias-primas e indústria), serviços (bancário e comerciário) e de infraestrutura (ferroviário, elétrico e portuário), constituindo, desse modo, um complexo de atividades econômicas. O desenvolvimento da economia cafeeira foi responsável por transformações econômicas e sociais significativas para o Brasil, colocando o país, por meio das exportações, no quadro da economia mundial. Criava-se um mercado interno, com instalação de ferrovias, onde muitas cidades se desenvolveram, a mão de obra livre foi introduzida, nasceram as primeiras indústrias, instituiu-se um sistema de crédito e os centros urbanos conheceram um surto de modernização (MARTINS, 1999; SAES e CASTILHO, 2013).

Entretanto, Martins (1999) alerta que esses sinais de progresso ocorreram apenas nos principais centros exportadores, no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, especialmente, nas cidades beneficiadas pelo café. Isso porque, segundo a autora,

enquanto os núcleos urbanos atrelados à demanda mundial se modernizaram, o restante do país permaneceu em uma estrutura rural, gerada em moldes antigos.

Na década de 1920, após mais de uma geração da introdução e disseminação da cafeicultura, alguns municípios do Sul de Minas demonstraram potencial para a produção de café, no entanto, o apego ao abastecimento interno mantinha as plantações de milho, arroz e feijão em alta. Essa especialização, tanto na produção de cereais para o abastecimento, quanto na produção de café, garantiu a presença do estado de Minas Gerais no mercado regional e internacional em uma economia agrária exportadora, “o Sul de Minas foi procurado como terreno adequado para abrirem fazendas de café em seu território [...] permaneceu como região importante de abastecimento para o mercado interno que crescia com a economia cafeeira” (SAES e CASTILHO, 2013, p. 340).

Porém, Filletto (2000) recorda que, em 1927 e 1929, o fantasma da superprodução rondava o cenário produtor de café no Brasil. Com a crescente produção e a concorrência colombiana e africana, as defesas brasileiras entraram em choque com os interesses dos importadores americanos, e a conjuntura não era favorável. Segundo Garcia (2007), o grande desnível econômico que caiu sobre o Brasil no ano de 1929 ocasionou uma efervescência política e uma nova reestruturação da sociedade. “A Revolução de 1930 traduz de maneira clara esse processo transformativo da sociedade política brasileira, tendo como um parâmetro a própria crise econômica cafeeira” (FILETTO, 2000, p. 29).

Tal revolução colocou fim à chamada República Velha, que movimentava as articulações políticas entre as oligarquias regionais do Brasil, onde sobrepujavam os interesses particulares aos do Estado e da Nação, marcando na história o período republicano brasileiro (SCHAWRCZ e STARLING, 2015). Subindo ao poder, Getúlio Vargas, apoiado em grande maioria pelos fazendeiros, participou de um golpe na política de valorização do café.

Seu primeiro mandato (1930-1945) foi marcado por intensas mudanças na área política, econômica, institucional e social no âmbito externo e interno (FILETTO, 2000; GARCIA, 2007). “O governo de Vargas criou o Departamento Nacional do Café, procurando desencorajar a produção: destruiu os estoques pela incineração e proibiu novas plantações, sobrecarregando os fazendeiros de taxas”. Após quinze anos desse governo, a nova fase foi marcada pela queda do domínio agrário no Brasil, e as leis trabalhistas apresentaram indícios após lutas sociais, principalmente, ligadas ao campo, para amparar os trabalhadores rurais e urbanos (GARCIA, 2007, p.185).

Enquanto o país era governado por Getúlio Vargas, que seguia com a modernização econômica e interesse na produção de maquinário industrial para o desenvolvimento da siderurgia e metalurgia, no intuito de substituir as importações agrícolas, Alfenas já ocupava, entre 1940 a 1949, a área de quatro microbacias e se aproximava das nascentes dos córregos da Pedra Branca e do Pântano (ALAGO, 2006).

No início da década de 1950, a economia de Alfenas se baseava nas atividades de pecuária e agricultura, sendo as lavouras que mais ocupavam as terras rurais: café (2.333 ha), arroz (1.800 ha), milho (990 ha) e feijão (348 ha) (IBGE, 1958). Conforme os dados do Departamento Nacional do Café (1944), o município possuía em torno de 1.200.000 pés de café, o equivalente a 36.576 hectares em 40 propriedades rurais.

Vale sublinhar que, no ano de 1938, alguns distritos já estavam sendo desmembrados do município de Alfenas. É o caso do distrito de Serrania que, pelo Decreto da lei Estadual n.º 148, de 17/12/1938, foi elevado à categoria de município. A mesma lei desmembrou o distrito de São Joaquim da Serra Negra, no qual foi elevado à categoria de município com denominação de Alterosa. Assim, permaneceram apenas os distritos de Gaspar Lopes e Barranco Alto (CÂMARA MUNICIPAL DE ALFENAS, 2022).

Em 1955, Alfenas contava com 89 estabelecimentos de comércio varejista, 8 estabelecimentos atacadistas, localizados na sede e 8 agências bancárias. Possuía também uma Agência Municipal de Estatística, órgão do sistema estatístico nacional, 220 aparelhos telefônicos, 2 hotéis, 4 pensões e 2 cinemas. Com a evolução do município, a situação do ensino primário, em 1955, era de: 32 unidades escolares, 77 pessoas compondo o corpo docente e 2.222 matrículas efetivadas. As instituições de ensino eram: o Colégio de Alfenas, a Escola de Comércio João Leão de Faria e a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas, atual UNIFAL-MG (IBGE, 1958).

A cidade crescia com o passar dos anos e ganhava destaque no setor industrial. Em 1955, os principais setores eram: papelão, laticínios, bebidas e brinquedos. A indústria de transformação e beneficiamento da produção agrícola contava com 30 estabelecimentos e empregava 62 pessoas. Já a indústria manufatureira e fabril possuía 31 estabelecimentos e empregava 303 pessoas (IBGE, 1958).

No final do ano de 1955, o país, assim como o Estado de Minas Gerais, estava prestes a passar por transformações inquietantes. De acordo com Martins (2010), em função do avanço da industrialização e da urbanização no país, a escassez de eletricidade se tornou evidente. No mandato dos governadores, Milton Soares Campos (1946-1950) e Juscelino Kubitschek (1951-1955), em Minas Gerais, o tema da energia elétrica adquiriu centralidade.

Posteriormente, sendo Juscelino Kubitschek (JK) o presidente do Brasil, grandes mudanças baseadas no programa de eletrificação estavam por vir, e o tema relacionado a indústria estava iminente, e disputava espaço com a economia agrária (IBGE, 1958).

### **3. TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE ALFENAS PÓS-INUNDAÇÃO**

Conforme já mencionado, devido ao processo desenvolvimentista instalado por JK, visando o aumento da industrialização e urbanização, foi necessário ampliar a matriz energética do país.

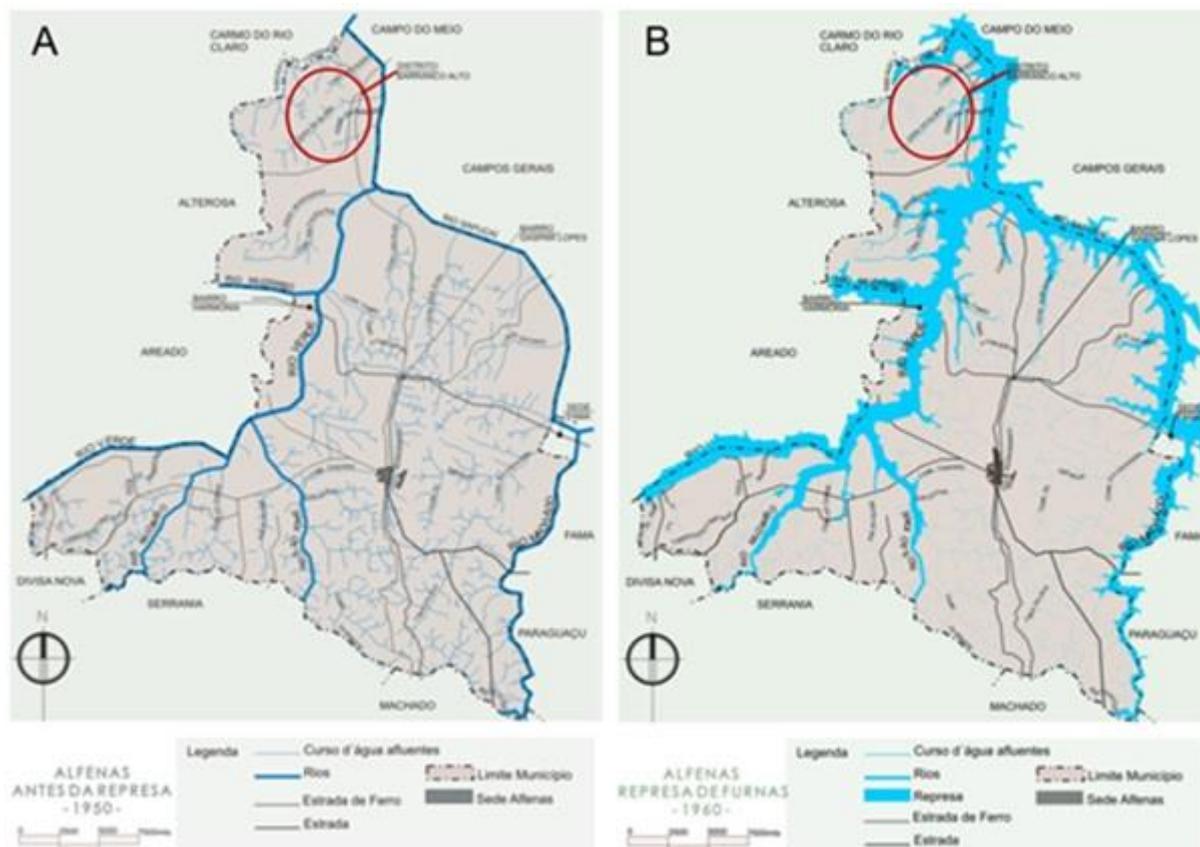
Na década de 1950, pouco mais da metade da população brasileira vivia no campo: 33.161.506 habitantes, correspondendo a 63,84% da população total. Nas cidades, o número de habitantes era de 18.782.891, possuindo uma taxa de urbanização de 36,1% (IBGE, 1950). O modelo econômico predominante era o agroexportador, por isso, a atividade rural se destacava como fonte de trabalho. Poucos produtos eram comercializados, dentre eles, o café, o algodão e o cacau, que representavam 80% da pauta de exportações, enquanto os manufaturados contribuíam com menos de 5%. O Plano de Metas do governo JK estabelecia trinta e um objetivos a serem alcançados, priorizando os setores de energia, transportes, alimentação, indústria, educação e a construção de Brasília (REVISTA FURNAS, 2007).

Nesse contexto, fiel ao seu binômio energia e transporte, o presidente JK determinou a construção da Hidrelétrica de Furnas, que sanaria um grande déficit de energia no país. Até então, o abastecimento de energia elétrica para a região era feito através de dezesseis pequenas usinas localizadas nos afluentes do Rio Sapucaí, que formavam a Companhia Sul Mineira de Eletricidade, abastecendo oitenta e sete cidades, todavia, a energia não era suficiente e os blecautes eram comuns (ALAGO, 2006).

No mês de fevereiro do ano 1957, o Decreto 41.066 criou a Central Elétrica de Furnas, com sede em Passos-MG e o processo de construção da usina hidrelétrica de Furnas se iniciou em 1958 (MARTINS, 2010).

Segundo Vieira (2002), em Alfenas, as áreas de inundação não foram limpas, a ponte metálica da linha de trem que ligava o distrito de Gaspar Lopes ao município de Areado, de 40 metros, não foi desmontada e nem mesmo serrada. Árvores não foram replantadas e muitas haveriam de apodrecer no fundo da represa, atrapalhando as embarcações, prejudicando o trabalho dos futuros balseiros. Quando o processo de retirada das famílias das propriedades rurais teve início, segundo o referido autor, o descontentamento era

nítido, as pessoas sem empregos e sem esperança, desorientadas, deixavam suas terras e buscavam outros horizontes. A figura 3 ilustra, a partir da inundação, as mudanças na paisagem do município.



**Figura 3** - Município de Alfenas antes (1950) e depois (1960) da inundação pelo Lago de Furnas  
**Fonte:** ALAGO, 2006.

A revista Alterosa, em fevereiro de 1963, publicou uma nota de destaque para o acontecimento.

Tragédia bíblica no Sul de Minas: Fotos e fatos inéditos contam a história dos retirantes das águas de Furnas. As  guas subiram um metro por hora e avançaram sobre os destinos de quarenta mil homens, mulheres e crianças, que gradualmente foram acreditando e sofrendo. E na manhã do dia 9 de janeiro pequenos aviões surgiram no céu. Jipes com alto-falante, percorrendo as estradas, davam o alarme: fujam enquanto é tempo: Furnas fechou as comportas (REVISTA ALTEROSA<sup>ii</sup>, 1963, p.12 e14).

O desespero dos moradores contava apenas com um milagre para salvar suas residências e terras cultiváveis, enquanto as águas subiam dia após dia.

Segundo Vieira (2002), o represamento das águas deixou a população movimentada, o verde-escuro das vegeta es de várzeas e de outras plantas brejeiras foi substituído pela cor azulada das águas dos afluentes dos rios Grande e Sapucaí. As  guas corriam no sentido contrário, espantando os animais, destruindo ninhos, solapando os barrancos e

amedrontando pessoas, acalmando somente quando atingiram a curva de nível 765, que corresponde à altura mínima de funcionamento dos vertedouros. “As águas, no município de Alfenas, depois que atingiram a desembocadura do rio Muzambo, que mesmo parado no leito milenar, deixaram de subir”. (*Ibidem*, 2002, p. 370).

Lemos Júnior (2010) ressalta que, em outros municípios atingidos, muitas áreas rurais ficaram submersas, até mesmo cidades, como Fama, Boa Esperança e Guapé tiveram trechos urbanos significativamente alagados.

No caso de Alfenas, a maior parte das áreas inundadas foram rurais, quando os rios Machado, Sapucaí e Verde, com seus afluentes Muzambo e São Tomé tiveram suas águas aumentadas, formando parte do Lago de Furnas (figura 03). No entanto, as exceções foram as áreas urbanas do distrito de Barranco Alto que tiveram uma parte alagada (figura 4).



**Figura 4** - Fotografia da antiga igreja do distrito de Barranco Alto, na década de 1960, quando as águas do lago de Furnas atingiram o local.

**Fonte:** Arquivo pessoal de Manuel Ávila (2016).

Em 1963, a usina começou a funcionar com capacidade de 1,216 milhões de kW. Para tal condição, o reservatório de Furnas inundou cerca de 500 mil hectares de terras agricultáveis. O território alagado era composto pelas principais áreas produtivas da região (várzeas) de fazendas, linhas ferroviárias e hidroviárias e mesmo áreas urbanas do

Sul/Sudoeste de Minas Gerais, abrangendo 35 municípios e desalojando em torno de 30 mil pessoas (MARTINS, 2010).

De acordo com dados técnicos da Usina Hidrelétrica de Furnas, o nível máximo de operação é de 766,50m e, mínimo, 750,00m. A área inundada foi de 1.350 km<sup>2</sup>, a extensão do rio Grande era 240 km e o rio Sapucaí 170 km. O volume bruto de 20.858.000.000 m<sup>3</sup> e volume útil de 15.125.000.000 m<sup>3</sup> (REVISTA FURNAS, 2007).

A inauguração da usina passou por tumultuadas transições. Com o golpe militar de 1964, o general Castelo Branco assumiu o governo do país e, na ânsia de mostrar serviço, armou o palanque na barragem de Furnas para inaugurar uma obra já inaugurada. Aliado a isso, a Central Elétrica de Furnas não escapou do exame criterioso do patrulhamento do governo militar na busca meticulosa por papéis e contratos de financiamentos com as empreiteiras que, por fim, teve resultado favorável à empresa (VIEIRA, 2002).

Sendo assim, após o represamento dos rios e inundação das terras, o reordenamento territorial demora para se adequar às grandes mudanças. Segundo Branquinho e Vieira (2020), a integração do espaço nacional pela expansão do capitalismo moderno não ocorre sem contradições; são evidentes os impactos ambientais, desmantelamento de modos de vida das comunidades locais e regionais, posseiros, indígenas, ribeirinhos, repelidos para as porções periféricas dos aglomerados urbanos, sendo que muitos desses atingidos foram mão de obra barata ou de reserva nas cidades.

No caso de Furnas e seus impactos, estudos anteriores à implantação do projeto pouco referiam aos possíveis benefícios que o lago poderia oferecer para a região e para população, uma vez que o potencial se restringia apenas a geração de energia elétrica, assim como o desenvolvimento econômico nacional pautado no projeto de governo. Somente após dez anos, com a estabilidade do lago, medidas sociais, econômicas e ambientais foram realizadas.

Godoy (2017) afirma que, após mais de uma década, com Plano de Desenvolvimento do Lago, no ano de 1975, a requerimento do Governo do estado de Minas Gerais, houve um direcionamento para o desenvolvimento da área afetada. O estudo destacaria as condições socioeconômicas dos municípios limítrofes ao lago, aos usos do solo e as principais características da região, visando a geração de emprego e renda para os municípios do entorno que possuem proximidade com as águas. Porém, o uso pela população local como subsistência, meio de lazer e pesca recreativa obteve baixa proporção. Desse modo, na década de 1990, foi criada a Associação dos Municípios do Lago de Furnas (ALAGO), com a finalidade de exaltar o potencial turístico e econômico do

lago, além da elaboração do segundo Plano de Desenvolvimento pela Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Turismo de Minas Gerais (SELT - MINAS GERAIS). Nesse sentido, o autor reforça que o papel desempenhado pelo cooperativismo intermunicipal como prática intergovernamental, evidenciou o desenvolvimento da região e dos municípios limieiros ao lago, por ações conjuntas sobre as necessidades e demandas, apontadas a união e planejamento regional (*Ibidem*).

O município de Alfenas faz parte do Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH) do Entorno do Lago de Furnas, criado pelo Decreto nº 42.596 de 23/05/2002, possuindo 48 conselheiros, dentre titulares e suplentes. A função do instituto é planejar e promover ações de preservação dos recursos hídricos, e o gerenciamento é feito com base nas diretrizes do Plano Estadual de Recursos Hídricos e dos Planos Diretores de Recursos Hídricos (*Ibidem*). Conforme enfatiza Deus e Latuf (2022), no entorno do Lago de Furnas são utilizadas águas subterrâneas, que atendem à demanda da sociedade, como: irrigação, indústria, consumo humano etc. Para tanto, são necessárias ações de planejamento, pois o uso consciente dos recursos hídricos perpassa por análises qualitativas que observam as variações espaciais e temporais, promovendo o uso responsável das águas, incentivando ações de prevenção e controle da poluição.

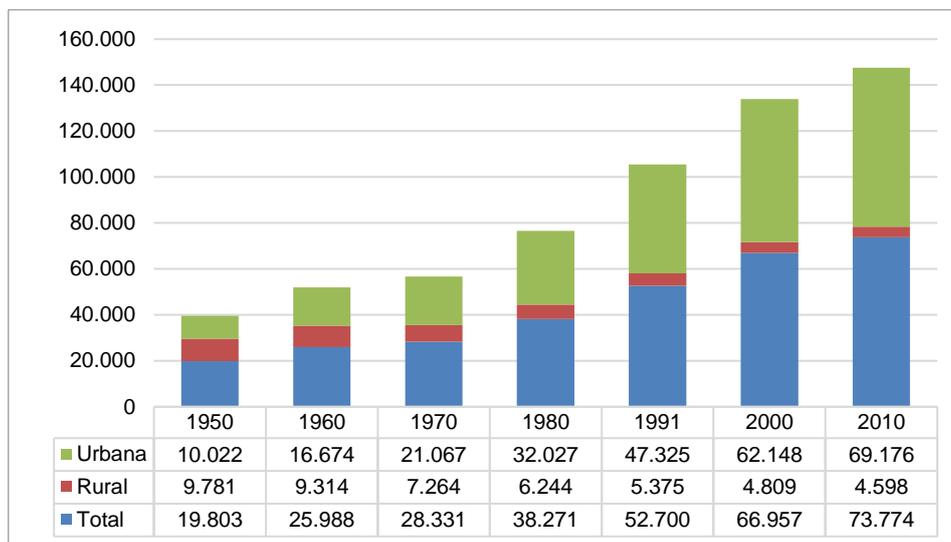
Com a instalação da usina hidrelétrica de Furnas na região, no final da década de 1960, o êxodo rural foi acelerado, em especial, no município de Alfenas. Esse desequilíbrio populacional no campo promoveu uma rápida migração para a cidade, visto que, sem terras e com o baixo valor da indenização, os agricultores se mudaram para a cidade e outros buscaram emprego e moradia em estados limítrofes.

Ayer *et al.* (2018) enfatiza que o espaço urbano obteve rápido crescimento populacional, uma vez que recebeu as pessoas que perderam suas terras com a inundação, intensificando o êxodo rural (gráfico 01).

Os dados do gráfico apontam que, na década de 1950, o número populacional do espaço rural e urbano possuíam, praticamente, a mesma proporção. O aumento populacional, a partir da década de 1960, está relacionado com as obras de Furnas na região, que atraiu pessoas de diferentes localidades, com profissões voltadas para as demandas das obras na finalidade de conseguirem trabalho (ALAGO, 2006).

No período pós-Furnas, a dispersão populacional pode estar relacionada à migração compulsória e a reestruturação do território proveniente de “grandes obras”, que visam atender mais ao poder capitalista do que o sistema social e, como implicações desse

processo, grandes reformulações políticas, econômicas e geográficas (LEMOS JÚNIOR, 2010).



**Gráfico 1** - População do município de Alfenas-MG.

**Fonte:** Censo Demográfico IBGE (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010) (elaborado por Tamyris Maria Moreira da Costa).

Outro fato desencadeador em relação ao crescimento populacional aconteceu entre 1980 a 1991, resultante da implantação de novos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior em Alfenas, como a Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas (FETA) e a EFOA (ALAGO, 2006). A ampliação de instituições de ensino superior, como a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA/CEUFE), fundada em 3 de abril de 1914 (UNIFAL-MG, 2022) e a criação da Universidade José do Rosário Vellano (UNIFENAS), idealizada e fundada pelo Professor Edson Antônio Vellano, em 22 de maio de 1972 (UNIFENAS, 2021), que impulsionou a migração estudantil para Alfenas, principalmente, na região do Sul de Minas, como também do estado de São Paulo.

No caso da EFOA/CEUFE, sua transformação em universidade federal, passando a ser denominada Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), ocorreu em 2005 por meio da política de expansão do Ensino Superior, o qual ampliou o quadro de servidores e discentes, promovendo a expansão do espaço físico oferecido pela Universidade. Com o apoio da Prefeitura Municipal de Alfenas, a UNIFAL-MG instalou uma nova unidade educacional na cidade, sendo que sua área construída chega a 1.004.386 m<sup>2</sup>, com 13 prédios, como a Clínica de Fisioterapia e os edifícios idealizados para o ensino médico, como o de Base de Técnicas Cirúrgicas (BTC) e o da Clínica de Especialidades Médicas (CEM). Os cursos que migraram para Unidade Educacional Santa Clara foram: Geografia,

Fisioterapia, Ciência da Computação e Física. Além de Alfenas, a UNIFAL-MG também possui *campi* avançados nas cidades de Poços de Caldas e Varginha (UNIFAL-MG, 2022).

De acordo com Branquinho e Silva (2018), uma série de intervenções ocorreram em Alfenas, como programas habitacionais populares, expansão do *campus* universitário, venda de lotes urbanos e também condomínios de alto padrão, indicando direcionamento do crescimento urbano também para as periferias e, conseqüente, aumentando mobilidade, expansão e adensamento da área urbana, que vinha adquirindo complexidade socioeconômica.

Nessa perspectiva de continuidades pós-Furnas, a população urbana de Alfenas se sobressaiu a população rural. Wanderley (2004) salienta que existe uma expectativa quanto à cidade na oferta de emprego, acesso à educação, serviços básicos etc. Todavia, essa inserção da população rural na cidade necessita de cautela, pois os moradores do campo ao se deslocar para a cidade sem a garantia de estabilidade financeira e qualificação profissional pode demandar determinadas adversidades que já contornam os centros urbanos, como o crescimento desordenado, transporte coletivo insuficiente, violência, educação de baixa qualidade, desigualdade social, entre outros.

Para além de entender os fatores que motivaram o processo do êxodo rural, também é necessário considerar como a cidade irá promover a inserção e promoção das redes de serviços, infraestrutura e políticas públicas para contemplar as necessidades humanas e fazer valer os direitos sociais de todos.

Silva (2004) afirma que o fenômeno da migração campo-cidade diz mais a respeito à renda fundiária do que a expulsão do campo por carência de recursos necessários para a reprodução social e desenvolvimento da qualidade de vida no campo. Para a autora, a busca por uma resposta científica deve vir da raiz do problema: a renda da terra, uma vez que os agricultores de grande porte ou especuladores buscam na terra apenas sua exploração para aumentar seus domínios agrícolas como, por exemplo, em grandes áreas de pastagens para ter maior poder de barganha no mercado de terra. Em outras palavras, enquanto essas grandes extensões de terra estão como área de pastagem, faltam alimentos na mesa da população, pois os agricultores familiares que venderam suas propriedades não têm onde cultivar suas lavouras e/ou vivem em propriedades rurais pequenas para expandir a produção. Por isso, Marques (2008) reforça que o campo não pode ser compreendido como uma realidade autônoma, separada da cidade ou, por outro lado, apenas como uma realidade subordinada a lógica capitalista urbana, dado que a base

econômica advinda da agricultura movimentou muitos municípios brasileiros, assim como no Sul de Minas e no município de Alfenas.

Nessa conjuntura econômica e cultural, Branquinho e Silva (2018) ressaltam que a estrutura da rede urbana de pequenas e médias cidades no Sul de Minas, desde o final do século XIX, sempre estiveram relacionadas às demandas econômicas da agricultura e cafeicultura, o que explica a continuidade na contemporaneidade.

Porto (2018) aponta que Alfenas manteve sua posição, adquirida no passado, na hierarquia urbana sul mineira, sendo um ponto central para um grupo de cidades no seu entorno, denotando relevância dos setores econômicos, principalmente, no setor comercial, para a população local-regional e contribuindo diretamente no crescimento do produto interno bruto municipal.

Nesse sentido, o espaço urbano de Alfenas, no decorrer dos anos, consolidou-se em infraestrutura e serviços públicos, além de algumas áreas da cidade que foram integradas, como o distrito industrial, localizado na porção norte, que se tornou um espaço de expansão, atraindo a especulação imobiliária com novos loteamentos no entorno, assim como outras áreas da cidade que também despertaram a atenção das imobiliárias e estão em crescimento (BRANQUINHO; SILVA, 2018).

Esse desenvolvimento urbano trouxe reflexos econômicos positivos para Alfenas devida à oportunidade de emprego nas indústrias, promovendo consumo e gerando ganhos para a região, além de alavancar a economia municipal. Essas mudanças, segundo Branquinho e Vieira (2020), evidenciaram a reestruturação da rede urbana no Sul de Minas a partir do avanço da industrialização e da integração do mercado nacional, levando algumas cidades a ganharem centralidade, como o caso de Alfenas, que possuía uma posição secundária em relação à rede urbana estruturada pela ferrovia, mas que ganhou destaque com o modal rodoviário, controlando a articulação das pequenas cidades do entorno, especialmente, em função da rede de serviços, saúde e de ensino superior, que gradualmente foi consolidando uma polarização regional.

A produção agrícola foi ultrapassando gradualmente os limites da subsistência até gerar excedentes comercializáveis. Essa produção de primários não industrializados (café, soja, trigo, cana-de-açúcar etc.) atende a escala mundial. A determinação do preço final advém da oferta e procura, logo, essa rede de fluxos e fixos integram diferentes contextos regionais-globais, que enredam grandes corporações agropecuárias. Da mesma forma, os agricultores, que participam do arranjo local na relação campo-cidade, como os pertencentes a Alfenas, que desde sua formação possuía como base econômica a

agricultura e, com as mudanças do lago de Furnas na região, a cafeicultura se tornou uma importante fonte econômica para os agricultores remanescentes, perpetuando a prática de cultivar a terra.

A mudança na atividade primária está relacionada ao progresso do município, dado que a população rural se readaptou para permanecer no campo e com o incentivo na produção de café, a partir da década de 1970, Alfenas adquiriu um novo papel na estrutura de produção, com destaque para o café e a criação de gado (VIEIRA e CARVALHO, 2013).

A cafeicultura possui uma notável participação no Produto Interno Bruto (PIB) municipal, quando associada ao setor terciário. Conforme dados de 2019, o PIB municipal foi avaliado em mais de 2 bilhões de reais, sendo a participação em maior valor do setor terciário (61%), seguido pela indústria (19%), pela administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social (16%) e, posteriormente, a atividade agropecuária, que contribuiu com (5%) desse montante (tabela 01).

**Tabela 01:** Produto interno bruto por atividade econômica de Alfenas em 2019.

<b>Tipo de atividade econômica</b>	<b>(R\$)</b>
Agropecuário	108.669,68
Indústria	427.392,72
Serviços	1.389.666,63
Administração, Defesa, Educação e Saúde Pública e Seguridade Social	357.990,41
<b>Total</b>	<b>2.283,719,41</b>

**Fonte:** IBGE - Produto Interno Bruto de Alfenas-MG (2019). Elaborado por Tamyris Maria Moreira da Costa (2022).

Observando os dados contidos na tabela, a princípio, conclui-se que a agropecuária seria menos lucrativa para Alfenas, contudo, a relação campo-cidade está diretamente relacionada no PIB municipal, visto que a prestação de serviços e indústrias voltados para a agropecuária, como as cooperativas, estabelecimentos de armazenagem de cereais e café, produção e comercialização de fertilizantes químicos, manutenção e comercialização de maquinários, dentre outros, elevam o percentual do produto interno bruto municipal.

Outro destaque em Alfenas, que influencia na questão econômica, é o setor educacional da educação básica ao ensino superior, uma vez que, ao ofertar cursos para diferentes áreas educacionais, possui ênfase nas ações e serviços relacionados a área da saúde, que polarizam a região, atraindo estudantes de outros estados e movimentam a economia municipal novamente.

Após sessenta e quatro anos da instalação de Furnas, veio a conformação em território mineiro em meio às rupturas e continuidades que foram apresentadas. Os

percalços que impactam a população que necessita do lago na contemporaneidade, segundo a Alago (2013), perpassa pelo deplecionamento<sup>iii</sup> do reservatório a níveis extremos e o descarte incorreto de efluentes no lago, produzido pela área urbana. Essas causas comprometem as atividades de agricultura, piscicultura e turismo na região. A figura 5 demonstra o uso do solo no entorno do lago no município de Alfenas.



**Legenda:** a) Bairro rural Harmonia, com tanques-rede para criação de peixes, ao fundo da paisagem se encontram mata e cafezais.

b) Bairro rural Mandassaia, com mata e lavouras de milho e soja.

**Figura5:** Fotografias das formas de uso do solo no entorno do lago de Furnas em Alfenas.

**Fonte:** Acervo de fotos Tamyris Maria Moreira da Costa (janeiro/2023).

Pelas imagens capturadas em janeiro de 2023, é possível observar a utilização do lago para criação de peixes em tanques-rede e próximo à margem do lago encontram-se lavouras de café, milho, soja e, em menor quantidade, mata ciliar.

Ainda que as terras do município de Alfenas tenham sido inundadas com o lago de Furnas, a agricultura e o meio ambiente continuaram interligadas, pois a sociedade obtém

recursos essenciais à sobrevivência por meio do usufruto do lago para permanecer próximas às áreas atingidas, seja plantando, possuindo criação de peixes em tanque e o turismo, todavia, o engajamento do uso consciente e ecológico dos recursos naturais precisam perpetuar de geração em geração.

Diante dos elementos apresentados, o espaço agrário e o urbano são constituídos por pessoas que desempenham funções e papéis sociais, culturais e ambientais na produção e organização da sociedade. Para tanto, além de evidenciar as características de Alfenas e sua dinâmica, foi apresentada uma análise das condições internas e externas que constituem a estruturação do município, principalmente, após Furnas.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a formação territorial de um lugar, bem como conhecer os fenômenos que ocasionaram a diferenciação de uma sociedade, é entender o espaço geográfico, como ele desvenda e interpreta as transformações socioespaciais contidos nesse lugar. No caso de Alfenas, retomar a história e os elementos geográficos que contribuíram para a formação inicial de uma estrutura rural e urbana consolidada nos moldes do século XIX até o domínio dos dias atuais, incumbe uma riqueza de detalhes, informações e questionamentos para o pesquisador, assim como para o leitor.

Nesse sentido, desde então, percebe-se que o município de Alfenas passou por um processo de inserção total ao capitalismo monopolista, adequando seu território aos interesses da economia global, sobretudo, com o agronegócio do café.

Os conceitos geográficos de lugar, território e região se interligam na intrincada rede que movimenta o local ao global. À vista disso, evidenciar a constituição de um município e suas particularidades envolve detalhes que causam, ao longo dos estudos, mais indagações do que resoluções precisas e, justamente por isso, a ciência geográfica busca no entendimento do processo histórico e do espaço desvelar cada vez mais o percurso escolhido e as demandas contemporâneas.

#### REFERÊNCIAS

ALVES, A. S. **Impacto econômico do deplecionamento de reservatórios de regularização de centrais hidrelétricas nos usos múltiplos de suas águas: uma proposta metodológica.** 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Energia) - Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2006.

ASSOCIAÇÃO DO LAGO DE FURNAS (ALAGO). **PDRH FURNAS** - Plano diretor de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do entorno do lago de Furnas. Relatório parcial 1:

---

resumo executivo. Alfenas: ALAGO, 2013. Disponível em: <<https://alago.org.br/imagens/image/pdrh%20gd3%20-%20resumo%20executivo.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2022.

ASSOCIAÇÃO DO LAGO DE FURNAS (ALAGO). **Plano Diretor de Alfenas — Leitura técnica**. Alfenas: ALAGO, 2006.

AYER, J. E. B. *et al.* Evolução do uso e cobertura do solo do Município de Alfenas, Sul de Minas Gerais. In: FERREIRA, M. F. M.; VALE, A. R. (Org.). **Dinâmicas Geográficas no Sul de Minas Gerais**. Curitiba: Appris editora, 2018. p. 177-206.

BRANQUINHO, E. S.; SILVA, L. S. A reestruturação das cidades médias: o caso de Alfenas no sul de Minas Gerais. In: FERREIRA, M. F. M.; VALE, A. R. (Org.). **Dinâmicas Geográficas no Sul de Minas Gerais**. Curitiba: Appris, 2018. p. 79-106.

BRANQUINHO, E. S.; VIEIRA, N. S. A paisagem e a produção do espaço no entorno do lago de Furnas, Sul de Minas Gerais. **GEOPAUTA**, v. 4, n. 4, p. 113-139, 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALFENAS. **Conheça a cidade**. 2022. Disponível em: <<http://www.cmalfenas.mg.gov.br/a-camara/conheca-a-cidade>>. Acesso: 10 maio de 2022.

COSTA, M. L. P. **Fontes para a História do Sul de Minas - Os Trabalhadores de Paraguaçu e Machado: 1850 – 1900**. 1. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

DEUS, F. O. de; LATUF, M. de O. Usos dos recursos hídricos subterrâneos na Circunscrição Hidrográfica do Entorno do Reservatório de Furnas. **Sociedade & Natureza**, v. 34, p. 1-15, 2022.

FILLETTO, F. **Trajetória histórica do café na região sul de Minas Gerais**. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2000.

GARCIA, B. **O romance do Café**. São Paulo: Alfa-Ômega, 2007. 214p.

GODOY, M. J. **A reestruturação produtiva e territorial dos municípios de pequeno porte do Entorno do Lago de Furnas (MG): (re)funcionalização, transformações e novas dinâmicas**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

\_\_\_\_\_. **Panorama geral de Alfenas**. 2021. Alfenas-MG. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/alfenas/panorama>> Acesso em: 10 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. **População**. 2010. Alfenas-MG. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/alfenas/panorama>> Acesso em: 10 fev. 2022.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno do Reservatório de Furnas**. Belo Horizonte: IGAM, 2022. Disponível em:

<http://www.igam.mg.gov.br/instituicao/objetivo-operacional-e-competencias-legais>. Acesso em: 23 mar. 2022.

LEMOS JÚNIOR, C. B. **A implantação da Usina Hidrelétrica de Furnas (MG) e suas repercussões**: estudo sobre a territorialização de políticas públicas. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

LINO, L. R. P. **Alfenas de outrora - 160 fotos antigas**. YouTube, 14 out. 2015. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=YmDe8FpeZ4g>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

MARQUES, M. I. M. Agricultura e Campesinato no Mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINS, A. L. **Império do Café**: a grande lavoura no Brasil 1850 – 1890. 7. ed. História em Documentos, 1999

\_\_\_\_\_. **História do Café**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, M. L. Olhares sobre o “mar de minas” percepção dos moradores de Alfenas e Fama relativas ao lago de Furnas (1963 – 1999). **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 347-376, 2010.

\_\_\_\_\_. Plantar, pasturar e fiar na Vila Formosa de Alfenas, MG: décadas de 1850-1890. **Estudos Econômicos, São Paulo**, v. 43, n. 2, 2013.

\_\_\_\_\_. As paisagens do passado no Sul de Minas: os ambientes no município de Alfenas e seu entorno (décadas 1870 – 1920). **Revista de História Regional**, v. 19, n. 1, p. 127-155, 2014.

PINTO, A. M. **Apontamentos para o Dicionário Geographico do Brazil**. Rio de Janeiro. 1887. Disponível em: < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242759>>. Acesso em: 9 jun. 2021.

PORTO, G. C. S. Espaço e Economia: Dimensões da Atividade Comercial em Alfenas-MG. In: FERREIRA, M. F. M.; VALE, A. R. (Org.). **Dinâmicas Geográficas no Sul de Minas Gerais**. Curitiba: Appris, 2018. p.129-152.

PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (Reuni). **O que é o REUNI**. Brasil, 2022. Disponível em: < <https://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

REVISTA ALTEROSA: **para a família do Brasil**. 1963. Belo Horizonte, MG: Sociedade editora alterosa, 1939 - [1964]. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/Alterosa/060135>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

REVISTA FURNAS. **Edição especial - 50 anos FURNAS**. 377. 2007. Rio de Janeiro. Assessoria de Produção Gráfica, DMGC.G — Furnas, 2007. Disponível em: <[https://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/rf337\\_57-67.pdf](https://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/rf337_57-67.pdf)>. Acesso em: 6 jan. 2022.

SAES, A. M.; CASTILHO, F. F. de A. Cortando a Mantiqueira: entre café e abastecimento no Sul de Minas (1880 – 1920). **Sæculum – Revista de História**, n. 29, p. 323-346, 2013.

SCHAWRCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 808p.

SENNA, N. C. **Anuario Histórico Chorographico de Minas Gerais – 1906**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1906. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/artigos/annuario-de-minas-geraes/>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

SILVA, J. G. **Tecnologia e agricultura e agricultura familiar**. Porto Alegre: ed. UFRGS, 2004. 98p.

UNIFAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Institucional – História**. Alfenas-MG. 2021. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/portal/a-unifal-mg/>> Acesso em: 12 ago. 2021.

UNIFENAS - UNIVERSIDADE JOSÉ DO ROSÁRIO VELLANO. **Institucional – História**. Alfenas-MG. 2021. Disponível em: <<https://www.unifenas.br/institucional.asp>> Acesso em: 12 ago. 2021.

VEIGA, B. S. **Almanach Sul-Mineiro para 1874**. Campanha: Typ. do Monitor Sul-Mineiro, 1874. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/almanach-sul-mineiro/213462>>. Acesso em: 08 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Almanach Sul-Mineiro para 1884**. Campanha: Typ. do Monitor Sul-Mineiro, 1874. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/almanach-sul-mineiro/213462>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

VIEIRA, J. M. **Mandassaia... Naquela época... quando Furnas era o crime do século...**. Alfenas: Gráfica Atenas, 2002.

VIEIRA, E. F.; CARVALHO, B. B. **Grandes projetos hidrelétricos: considerações sobre o entorno do lago de Furnas e as áreas inundadas no município de Alfenas-MG**. 2013. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2013.

WANDERLEY, M. N. B. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 23, n. 2, p. 82-8, 2004.

Recebido: 01.08.2023

Aceito: 04.09.2023

<sup>i</sup> Arroba é peso correspondente, no Brasil, a 15 kg (para cada 1 arroba soma-se 15kg) (Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa – Michaelis, 2022).

<sup>ii</sup> Revista mensal, Alterosa, Belo Horizonte (MG) (1963). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=060135&pagfis=17099>>. Acesso: 8 dez. 2021.

<sup>iii</sup> Segundo a Norma Brasileira 5460, apresentada no Dicionário Brasileiro de Eletricidade, o deplecionamento é o abaixamento do nível de água armazenado no reservatório durante um intervalo de tempo especificado e um reservatório é um lago artificial construído com a finalidade de acumular água, sempre primando pelos seus usos múltiplos, podendo regularizar a vazão do curso de água, sendo esta destinada à geração de energia, contenção de cheia ou atender às variações da demanda dos usuários (ALVES, 2006, p. 2-3).